

PROGRAMA RIO DOCE
Escolha de Assessoria Técnica para o Território 14 - Povoação (ES)

ÍNDICE

1. CONTRATO	2
1.1. Identificação e objetivos	2
1.2. Responsáveis	2
2. INFORMAÇÕES GERAIS	2
3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS	2
4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS	5
4.1. Apresentação do credenciamento	6
5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO	8
5.1. Comissão de especialistas	9
6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA	10
6.1. Metodologia da reunião	11
6.2. Apresentação	13
6.2.1. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai	13
6.2.1.1. Perguntas à Adai	16
6.2.2. Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.....	17
6.2.2.1. Perguntas à Rede Interação.....	19
6.3. Debate	23
6.4. Decisão	24
6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica	25

1. CONTRATO

1.1. Identificação e objetivos

Realização de Serviços de Consultoria Técnica (no. 4500176574) para viabilização de Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce.

1.2. Responsáveis

Fundo Brasil de Direitos Humanos		Ana Valéria Araújo	
Fone	11.3256.7852	e-mail	avaraujo@fundodireitoshumanos.org.br
Ministério Público Federal		Dr. José Adércio Leite Sampaio	
Fone	31.2123.9174	e-mail	joseadercio@mpf.mp.br

2. INFORMAÇÕES GERAIS

Este é o relatório consolidador do processo de escolha de Assessoria Técnica aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão no Território 14 – Povoação. Povoação é um distrito costeiro no município de Linhares, no Estado do Espírito Santo.

As informações aqui reunidas referem-se ao período de 9 de julho a 8 de novembro de 2018.

3. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO E DEMANDAS

Povoação, Regência e Pontal do Ipiranga são os três distritos que compõem a porção leste do município de Linhares, e que correspondem à faixa litorânea do município (*ver mapas na página 3*). De acordo com o IBGE (2013), no ano de 2010, a população de Povoação era de 3.247 habitantes, correspondendo a praticamente metade da população estabelecida na faixa litorânea de Linhares, que era de 6.332 pessoas. Enquanto Regência e Pontal do Ipiranga são predominantemente urbanos, com taxas de urbanização da população de 56,8% e 68,2%, respectivamente, o distrito de Povoação tem mais de metade – 54,1% do total – de sua população habitando áreas rurais¹.

¹ As informações sobre a população dos distritos costeiros de Linhares estão publicadas em artigo na revista Geografares, do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), como segue:

PROGRAMA RIO DOCE
Escolha de Assessoria Técnica
para o Território 14 -
Povoação (ES)

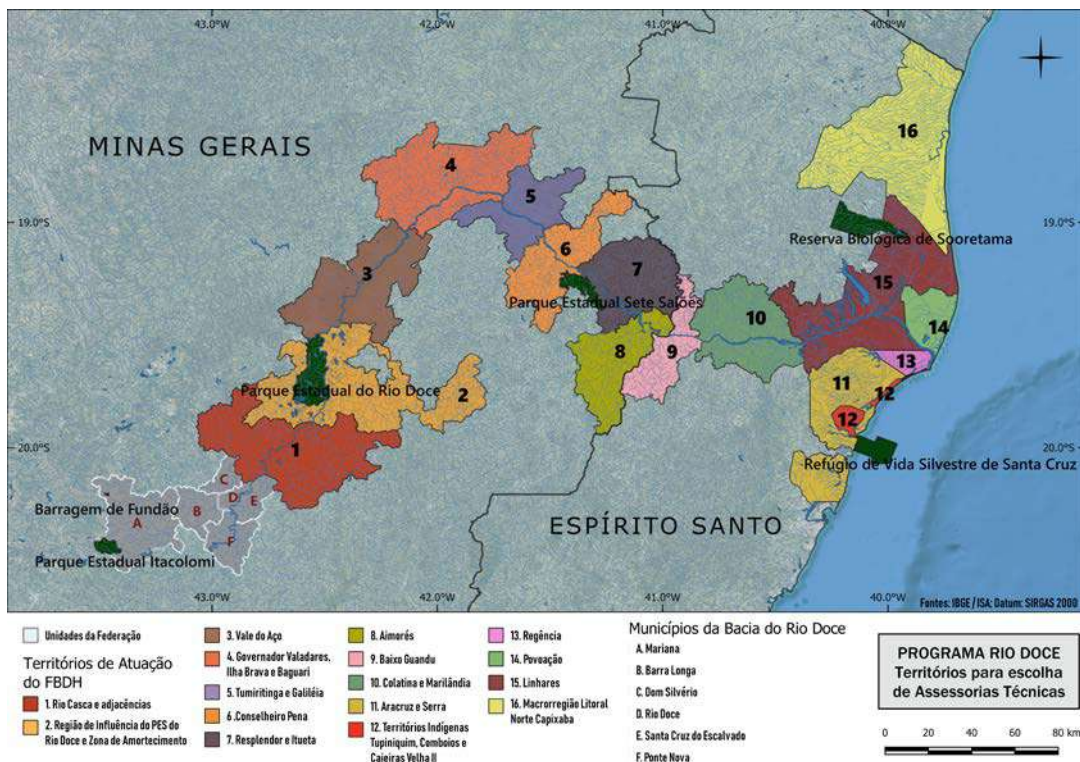


Figura 1: Territórios para escolha de Assessorias Técnicas.
Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil

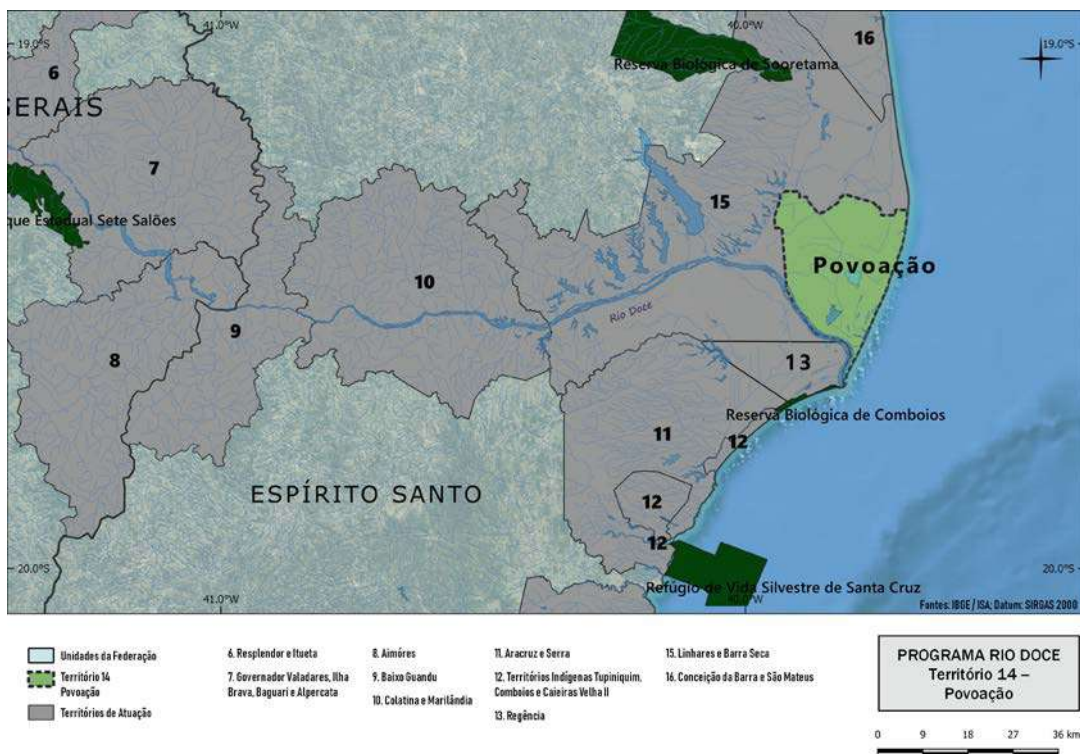


Figura 2: Localização do Território 14 - Povoação.
Cartografia: André Rodrigues de Oliveira/Fundo Brasil

Segundo as oitivas em campo feitas pela equipe do Fundo Brasil de Direitos Humanos entre janeiro e março de 2018, Povoação se caracteriza por ser uma comunidade de pescadores. Apesar de vizinha ao núcleo urbano de Regência, a comunidade claramente se identifica como independente, postura consolidada em reuniões que já vinham sendo realizadas para discutir o enfrentamento das questões locais dos atingidos e atingidas pela lama do rompimento da Barragem de Fundão.

Os atingidos e atingidas informaram aos pesquisadores do Fundo Brasil que a vocação em Povoação é a pesca artesanal: 90% dos pescadores da localidade não vão a alto mar e não estão registrados na Colônia de Pescadores de Linhares, o que vem prejudicando seu reconhecimento pela Fundação Renova e conseqüente qualificação para o recebimento de indenizações.

Muitos moradores eram produtores de cacau de alta qualidade e forneciam para grandes empresas como Cacau Brasil e Cacau Show. A perda de qualidade da água do Rio Doce comprometeu decisivamente as vendas. A poluição da água levou ainda a perda de mercado dos moradores que cultivavam hortaliças nas ilhas (chamados de ilheiros) e abasteciam o comércio de Regência, e a prejuízo aos criadores de gado.

A renda da atividade turística em Povoação, embora mais modesta que a de Regência, do tipo cama e café, voltada a visitantes que buscavam hospitalidade e não necessariamente luxo, também foi prejudicada.

Os moradores indicaram ainda que o baixo nível de instrução de parte da população do distrito dificulta o entendimento dos documentos que a Renova apresenta para que assinem acordos de indenização.

Em Povoação, o Fundo Brasil identificou como focos de atuação para as assessorias técnicas:

- a. Viabilização de assessoria jurídica;
- b. Viabilização de articulação social e política, com especial atenção para mediação de conflitos e recuperação da capacidade de produção agropecuária;
- c. Viabilização de estudos sobre a qualidade da água para uso humano, pesca, agricultura e irrigação, e suas conseqüências; e

d. Viabilização de apoio às demandas que envolvam suporte técnico para a reestruturação das atividades econômicas voltadas para o turismo, sem descaracterização das atividades tradicionais.

4. CONSOLIDAÇÃO DA COMISSÃO DE ATINGIDOS

Em Povoação, a Comissão de Atingidos já existia antes da chegada do Fundo Brasil a este território e vinha realizando reuniões para o enfrentamento das questões coletivas decorrentes do rompimento da Barragem de Fundão. A equipe do Fundo Brasil constatou, desde a primeira reunião, em 28 de agosto no Centro de Integração Comunitária (CIC), um bom grau de mobilização de pessoas atingidas em torno da Comissão local, bem como de entendimento das etapas do processo de viabilização da Assessoria Técnica. Duas reuniões haviam sido realizadas anteriormente, uma delas com a presença do Ministério Público Federal, e o tema da Assessoria Técnica independente havia sido abordado.

Da reunião de 28 de agosto com a presença do Fundo Brasil participaram 66 moradores, atingidos dos setores de cultura, comércio, pesca, agricultura, construção civil, ribeirinhos e membros de associações de moradores.



*Figura 3: Reunião no Centro de Integração Comunitária.
28 ago 2018. Foto: Fundo Brasil*

Debateram-se a questão das indenizações devidas pela Fundação Renova, a falta de informação e transparência, as dificuldades cadastrais e de reconhecimento da condição de atingidos de parte da população de Povoação e a necessidade de que uma Assessoria Técnica independente atue segundo pautas definidas pelos próprios atingidos e atingidas das comunidades. Sobre a composição numérica e o formato da Comissão de Atingidos, esclareceu-se que ela deve ser a mais ampla possível e se conformar como um espaço aberto de participação, e que sua função, além da escolha da Assessoria Técnica, é também a de acompanhamento dos trabalhos. Muitos presentes se manifestaram no sentido de que a Comissão já estava madura para fazer sua escolha.

4.1. Apresentação do credenciamento

No mesmo local, a CIC, foi realizada em 20 de setembro a reunião para apresentação do resultado do credenciamento de entidades candidatas a prestar o serviço de Assessoria Técnica ao Território 14. Participaram, além da equipe do Fundo Brasil, 31 atingidos e atingidas do território, o defensor público Dr. Rafael Portella e o procurador da República Dr. Paulo Trazzi (MPF).

A reunião foi realizada de acordo com metodologia previamente pactuada entre o Fundo Brasil, o Ministério Público Federal e a Comissões de Atingidos local. Segundo essa metodologia, antes do resultado propriamente dito, os representantes do Fundo Brasil apresentaram aos atingidos e atingidas participantes das reuniões os principais aspectos do processo que levaram até a obtenção dos resultados.

Assim, foram apresentados os focos da chamada pública conduzida pelo Fundo Brasil para o credenciamento de organizações para prestar Assessoria Técnica para cada um dos territórios; os critérios utilizados para o credenciamento das organizações, previstos no item 1 do Termo Aditivo ao TAP, denominado Princípios Norteadores do Eixo Socioeconômico; como se deu o processo de credenciamento implementado pelo Fundo Brasil; e, finalmente, o resultado do credenciamento.



*Figura 4: Reunião de apresentação do credenciamento.
20 set 2018. Foto: Fundo Brasil*

Gabriel Strautman, representando o Fundo Brasil, anunciou os nomes das assessorias técnicas consideradas habilitadas a prestar Assessoria Técnica ao território de Povoação.

- Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai
- Grupo Técnico de Apoio – GTA
- Rede Internacional de Ação Comunitária – Interação.

Em relação às organizações credenciadas para cada território, foram compartilhadas com os atingidos e atingidas presentes informações básicas, tais como nome, endereço postal, endereço eletrônico, site e/ou Facebook, números de telefone e o nome do responsável pela organização.

Usando como argumento a reivindicação de protagonismo no processo, os atingidos e atingidas flexionaram a discussão para o lado das dificuldades que encontram para ser indenizados pela Fundação Renova. Questionaram e comentaram:

- Quando a comunidade terá acesso a assistência jurídica, porque o principal interesse é a indenização;

- Se o Ministério Público e a Defensoria Pública tomarão providências a respeito das irregularidades que os atingidos e atingidas relatam terem conhecimento no pagamento das indenizações pela Fundação Renova;
- Casos de adoecimentos, mortes e problemas na construção de moradias;
- O uso que as empresas responsáveis pelas violações dos direitos da comunidade fazem de escolas e espaços públicos para atividades de entretenimento e propaganda que não trazem esclarecimentos para a população atingida;

A tais questionamentos, os representantes do MPF e da Defensoria Pública responderam com informações e exemplos de territórios que já contam com Assessoria Técnica independente. Falaram de como a atuação da entidade ajuda a qualificar as demandas e os argumentos dos atingidos e atingidas e de como, em Mariana, foi possível alterar os critérios de cadastramento aplicados pela Renova.

Durante o debate, o representante do Fundo Brasil perguntou se existia algum fato relevante sobre as organizações candidatas que não tivesse sido considerado na análise do Fundo Brasil. Um dos atingidos falou de seu desconhecimento sobre as três entidades, e que a comunidade só tinha acompanhamento da Defensoria e do Ministério Público. Repetida a pergunta ao grupo, disseram não ter conhecimento de novos fatos. Paulo Trazzi (MPF) perguntou se concordavam em conhecer as propostas de trabalho das entidades credenciadas, ao que os participantes responderam que sim.

Em 14 de setembro, o Fundo Brasil tornou pública em seu site a relação definitiva das organizações credenciadas a participar do processo de escolha das assessorias técnicas aos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão.

A equipe do Fundo Brasil produziu ata da reunião e passou lista de presença.

A carta convite às três entidades credenciadas para apresentação de proposta preliminar de trabalho foi enviada em 2 de outubro de 2018.

5. RECEBIMENTO DE PROPOSTAS PRELIMINARES E AVALIAÇÃO

As organizações credenciadas para o Território 14 – Povoação receberam cartas-convite, elaboradas pela equipe do Fundo Brasil, apresentando o formato no qual as

propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas deveriam ser elaboradas.

Solicitou-se às organizações breves descrições das linhas de ação e da metodologia de trabalho para abordagem das demandas presentes no território, conforme apresentadas na Chamada Pública que o Fundo Brasil realizou para o credenciamento de organizações interessadas em prestar o serviço de Assessoria Técnica. As cartas-convite também definiram os prazos do processo de elaboração e avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações credenciadas. A definição dos prazos foi feita conjuntamente pelo Fundo Brasil e pela Força Tarefa do Rio Doce do Ministério Público Federal, em reunião realizada em 1 de outubro de 2018. Definiu-se um prazo de 5 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento das mensagens eletrônicas com as cartas-convite, para que as organizações credenciadas enviassem as propostas preliminares.

5.1. Comissão de Especialistas

Ao receber as propostas, o Fundo Brasil realizou uma avaliação prévia da adequação de cada uma delas ao escopo do trabalho contido na Chamada Pública. A avaliação da proposta contou com a participação de especialistas externos, com conhecimento sobre as temáticas específicas do território, a convite do Fundo Brasil. Para a composição deste comitê, o Fundo Brasil de Direitos Humanos convidou pesquisadores e pesquisadoras que atuam na região da Bacia do Rio Doce e que têm sido reconhecidos pelo desenvolvimento de trabalhos relevantes sobre os desdobramentos dos impactos ambientais e violações de direitos humanos experimentados pelos atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Este conhecimento específico representa um elemento fundamental para a necessária avaliação das propostas preliminares de trabalho das organizações que farão Assessoria Técnica aos atingidos e atingidas.

Para a definição do escopo de atuação da Comissão de Especialistas, o Fundo Brasil elaborou um termo de referência. Este documento define os produtos que deveriam ser entregues pelos especialistas, bem como o prazo de 15 dias corridos para a realização do trabalho. Cada especialista se comprometeu a fazer um breve parecer individual sobre a adequação da proposta ao escopo da Chamada específica de cada

território, observando se as demandas transversais que conformam a concepção de Assessoria Técnica presente no Termo Aditivo ao TAP – mobilização social, informação e apoio à participação e reivindicação de direitos –, e se as demandas específicas de cada território estão refletidas nas propostas preliminares que seriam apresentadas aos atingidos e atingidas nas comunidades.

O termo de referência esclarece que não cabe à Comissão de Especialistas interferir na natureza da proposta, nem descredenciar qualquer organização, e que a decisão sobre a qualidade e pertinência das propostas caberá exclusivamente aos atingidos, em processo deliberativo público realizado nas comunidades. Ao final da elaboração dos pareceres individuais, os especialistas se reuniram com a equipe do Fundo Brasil em São Paulo, em 22 de outubro de 2018, para apresentar o parecer final em nome do comitê.

As sugestões e recomendações feitas pelo Comitê de Especialistas foram enviadas às entidades credenciadas para o território. As entidades tiveram prazo de 3 dias úteis para readequar as propostas preliminares e devolvê-las ao Fundo Brasil.

6. ESCOLHA DA ASSESSORIA TÉCNICA

O evento de escolha da Assessoria Técnica para o Território 14 – Povoação demandou a montagem de uma estrutura para abrigar a reunião, uma tenda que foi instalada na Avenida Histórica com mesas, cadeiras, banheiros químicos, gerador de eletricidade e telão. Foi realizado em 8 de novembro de 2018 e contou com as presenças: do Ministério Público Federal; das equipes de campo do Fundo Brasil que atuam nos territórios do Estado do Espírito Santo; de Amanda de Souza Camargo, representando a coordenação do Fundo Brasil; do advogado Daniel Tressoldi Camargo. Teve a participação de 106 atingidas e atingidos registrados em lista de presença. No momento de assinatura da lista, cada participante da reunião recebeu um crachá com seu nome.



Figura 5: Tenda montada em Povoação para o evento de escolha da Assessoria Técnica. 8 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

A reunião foi oficialmente aberta às 18h04 por Gabriel Strautman representando o Fundo Brasil de Direitos Humanos. Na fala, lembrou aos presentes a importância de acessarem coletivamente o direito de escolha de uma Assessoria Técnica para reivindicarem, também coletivamente, a reparação dos direitos violados pelo rompimento da Barragem de Fundão, conquista que já se tornou realidade em outros municípios da Bacia do Rio Doce, com ajuda de profissionais especialistas como advogados, assistentes sociais e técnicos que produzam laudos sobre qualidade da água. Recordou as visitas anteriores da equipe do Fundo Brasil e seus objetivos e destacou a necessidade de manter o foco da reunião no tema da escolha da Assessoria Técnica – outras demandas para a Defensoria Pública e o Ministério Público deveriam ser abordados, se fosse o caso, no final do processo.

6.1. Metodologia da reunião

Gabriel Strautman informou que duas entidades sem fins lucrativos, candidatas a Assessoria Técnica, apresentariam suas propostas de trabalho em ordem definida por sorteio. A terceira entidade credenciada para o território, GTA, desistiu de apresentar proposta e comunicou sua desistência ao Fundo Brasil. Informou, em sequência, as etapas da escolha:

- Segundo o resultado do sorteio, cada entidade teria uma hora para apresentar sua proposta de trabalho aos atingidos e atingidas de Povoação. O tempo incluiria perguntas dos integrantes da Comissão de Atingidos e respostas dos representantes das entidades;
- Entidades se retiram do ambiente para o momento de deliberação dos atingidos e atingidas, com o Fundo Brasil e o Ministério Público no papel de observadores; nesse momento, moradores podem fazer uso da palavra para manifestações a respeito das entidades e suas apresentações;
- Se houvesse consenso, a escolha seria feita por aclamação;
- Na inexistência de consenso, o método de escolha seguinte seria o dos presentes levantarem as mãos em favor da entidade de preferência;
- Se a escolha ainda não estivesse clara, seria feita a votação por meio das cédulas entregues no crachá que cada participante recebeu ao assinar a lista de presença da reunião. “Quem precisar de ajuda para fazer a opção, se não souber ler para marcar sua opção, busque um vizinho de sua confiança para ajudar a identificar”.

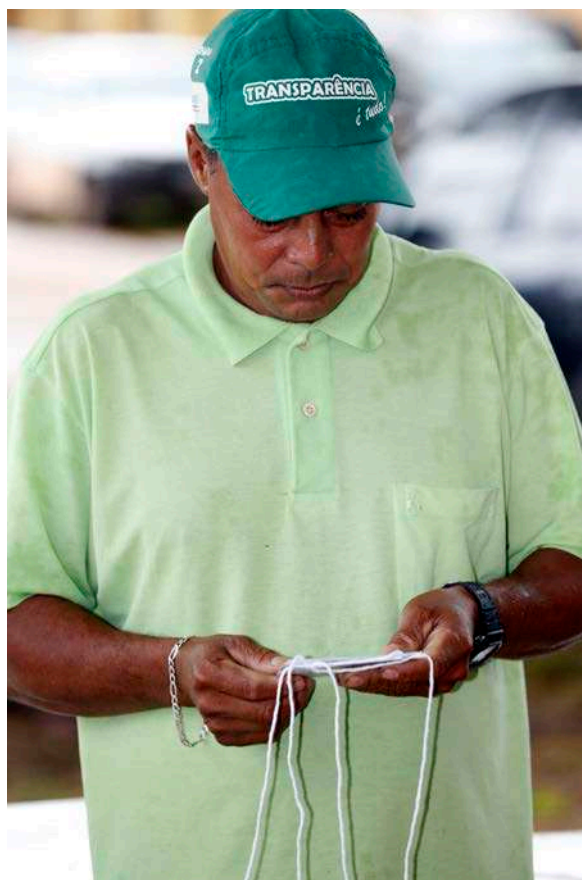


Figura 6: Registro de presença e recebimento do crachá acompanhado de cédula de votação. 8 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

Em seguida, o procurador da República Dr. Malê Frazão, membro da Força Tarefa do Rio Doce no Ministério Público Federal, apresentou rapidamente o objetivo da Força Tarefa do MPF. Afirmou estar honrado em acompanhar o processo de escolha da Assessoria Técnica com a garantia do protagonismo dos atingidos e atingidas, que fizeram a luta até aquele momento e estavam materializando o acesso a um direito, o direito de continuar a luta com informação, assessoria especializada e a possibilidade de efetivamente influir no processo de reparação dos danos sofridos pelo rompimento da barragem. Lembrou a necessidade de perguntas às entidades depois das apresentações e que questionamentos que não fossem sobre o processo de escolha da Assessoria Técnica fossem deixados para conversas com os representantes do poder público depois de encerrada a reunião.

O sorteio com os nomes das duas entidades candidatas a Assessoria Técnica escritos em papel foi feito por um dos moradores presentes. A Adai foi a primeira a fazer sua apresentação.

6.2. Apresentação

6.2.1. Associação de Desenvolvimento Agrícola Interestadual – Adai

Lidiane, representando a Adai, informou a estrutura da apresentação da entidade: primeiro, histórico e atuação e, em seguida, as especificidades do território de Povoação. Entrou no tema da confiança, para informar que o trabalho da Adai está baseado no desenvolvimento socioeconômico das comunidades atingidas pela Barragem de Fundão como caminho para a promoção e efetivação dos direitos violados.

“Gostaria de dizer que pra gente é uma felicidade estarmos aqui hoje. Nos oito territórios do Espírito Santo, fomos honradas por ser escolhidos em Colatina e no Território Indígena.”

A Adai foi fundada em 1993 em Erechim, no Rio Grande do Sul. A atuação da entidade se dá por meio de prestação de serviços, consultoria e assessoria técnica nas áreas social, pedagógica, jurídica e produtiva. Tem atuação nacional, com mais de 35 projetos conduzidos – a representante destacou o Projeto de Reassentamento dos Atingidos pela obra de implantação da usina hidrelétrica de Itá (Paraná e Santa Catarina). “Nós entendemos que onde tem barragem ou tem a chance de ter barragem, a nossa tarefa é estar lá para que os direitos não sejam violados. Um exemplo de ameaça

de barragem é o do Rio de Janeiro, que ameaça de barragem em Cachoeira de Macacu. A Adai já está lá com projeto, já está com as famílias. A gente não espera a violação acontecer.”



Figura 7: Apresentação da Adai. 8 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil

Falou sobre assessoria jurídica feita por advogados populares com trabalho focado em direitos, sobre assessoria técnica na área produtiva e mencionou a necessidade de soberania alimentar e do direito à alimentação sem veneno. Nos slides, mostrou o Programa Cisternas (12 estados), o de assistência técnica agrícola na região da Barragem de Machadinho (Rio Grande do Sul), e a promoção de soberania alimentar e fortalecimento da organização de famílias atingidas ou ameaçadas por barragens (8 estados). Lembrou que o direcionamento do trabalho é sempre apresentar ao poder público e às empresas violadoras de direitos a perspectiva dos atingidos.

A representante afirmou que, em 25 anos de trabalho, 13 mil pessoas foram diretamente beneficiadas pela ação da Adai, e 50 mil foram indiretamente beneficiadas.

Adriana deu sequência à apresentação para falar das propostas específicas da Adai para Povoação. Informou que apresentaria um resumo e que o plano principal é a promoção dos direitos das famílias atingidas por meio da auto-organização, aumento da participação de atingidos e atingidas nos processos de decisão e facilitação da comunicação entre a comunidade, o Ministério Público e as empresas responsáveis pelo crime contra o Rio Doce.

Os cinco objetivos principais do trabalho da Adai são:

- Fomento à auto-organização das famílias e criar grupos de trabalho, reunidos mensalmente com apoio da Assessoria Técnica;
- Mapeamento das ações e da situação cadastral das famílias via estudo do banco de dados da Renova;
- Proposta de saúde popular por meio de visitas, promoção de formações, realização de seminários e parcerias com médicos e técnicos para análises;
- Estudo socioeconômico, análises de solo, água e ambientais. Estudos voltados à região e seus profissionais e a busca de alternativa para a geração de renda; e
- Implementação de metodologia de superação por meio de visitas e levantamentos, e proposição de metodologias viáveis para o programa de mediação familiar.

A entidade apresentou uma lista de informações, dados e ações que precisam ser levantados, reunidos e colocados em prática no território:

- Saúde da população atingida, por meio de buscas de estudos SUS e alternativas de políticas públicas;
- Jurídicos, ligadas às políticas e critérios de reparação dos danos e atendimentos prioritários;
- Econômicos, por meio de estudos sobre danos causados na agricultura, no comércio e na pesca;
- Ambientais, com análises da água, do solo, da saúde dos pescados e laudos das propriedades agrícolas; e
- Informações, por meio de oficinas, cursos e criação de rádio comunitária.

Adriana informou que a proposta de trabalho da Adai prevê um escritório na região e uma equipe para trabalho em campo, e que a organização tem capacidade para lidar com os problemas dos atingidos baseada em ampla experiência.

6.2.1.1. Perguntas à Adai

O representante do Fundo Brasil informou que as perguntas seriam feitas em blocos de três.

“Achei importante a questão dos técnicos.

Vai ser cumprido isso mesmo? E essa assessoria é pra gente mesmo?”

(Atingido de Povoação)

Na fala seguinte, a Adai foi questionada sobre qual a prioridade que pretendem dar ao atendimento às pessoas e o que farão com os benefícios que estão parados na justiça. A terceira pergunta tem teor similar: o que farão para reverter a situação das pessoas que não estão recebendo auxílio financeiro e se conhecem bem a comunidade.

A representante afirma que a Adai vai cumprir o que propõe. Que todos os técnicos listados nas falas de apresentação da entidade são importantes para atender os objetivos, e que as problemáticas da comunidade precisam de pessoas especializadas. Disse que o processo é demorado, que é preciso fazer levantamentos e conversar e escutar cada atingido. Que o papel da Assessoria Técnica é organizar as demandas e intermediar a busca de soluções junto a quem de fato tem de executá-las. “A Renova tem 42 programas para serem executados nas comunidades. Todas essas informações, nós estaremos diariamente dialogando com vocês. Cada visita, cada formação. Mas vocês precisam participar do processo com a gente.”

Um dos atingidos rebateu a fala afirmando coletivamente, as demandas da comunidade estão na justiça “desde quando o rio rompeu”. “Essas demandas aí não precisam mais ser analisadas. Elas já foram realizadas. Nós queremos respostas para atender as pessoas que não foram atendidas ainda. Porque na luta nós já estamos, e o povo tá chorando. Principalmente aqueles que estão sem comer um peixe, sem usar a água do rio. As pessoas que estão na justiça, juiz não dá uma canetada pra atender aquela pessoa. Quer dizer, a gente está brigando em vão já que tem autoridades competentes pra defender essa pessoa, entendeu?”

A Adai explicou que um dos objetivos da Assessoria Técnica é se integrar à luta. Reavaliar o processo para entender o motivo da demora na solução. Que quem de fato representa os atingidos na justiça é a Defensoria Pública, mas a Assessoria Técnica, com corpo jurídico e revisão da matriz de danos, ajuda e faz a mediação com informações.

As representantes da Adai esclareceram que a Assessoria Técnica não cadastra pessoas, que essa é obrigação da Renova. Mas que pode reavaliar o cadastro e responder à comunidade os motivos da demora. Reforçaram a ideia de que os técnicos da área jurídica estarão com a comunidade justamente para estudar e encaminhar as questões relacionadas ao tema. Informam ainda que em Povoação, o resultado virá a longo de quatro anos de trabalho, com participação coletiva. “Nós vamos executar tudo o que propusemos. Se a comunidade não tiver ganho, não tem saldo positivo para a Adai.”

Um atingido perguntou como se darão os trabalhos relacionados a saúde e educação. Outro quis saber se a Adai já tem equipe formada. A entidade respondeu que é importante que a Comissão de Atingidos se mantenha mobilizada para também mobilizar a comunidade em datas coletivamente acertadas, porque os trabalhos são coletivos, não de casa em casa. Explicaram que o processo de formação de equipe é posterior à escolha da Assessoria Técnica, feito via edital e com transparência, e que as pessoas da comunidade com formação necessária são incentivadas a também se candidatar. A construção do plano de trabalho é outra etapa coletiva, feita com a comunidade.

O procurador Malê Frazão pediu a palavra para lembrar que a Comissão de Atingidos não é um grupo de representantes, e sim um espaço onde qualquer atingido tem voz e voto. “Todos são atingidos, então todos são Comissão aqui.” Foi aplaudido. Presentes à reunião pediram o microfone para fazer perguntas aos representantes do Ministério Público e da Defensoria, mas receberam a explicação de que esta etapa ficaria para o fim da reunião, para não atrapalhar o andamento dos trabalhos. Fim da apresentação da Adai.

6.2.2. Rede Internacional de Ação Comunitária - Interação

Às 19h25, Altemir Almeida, representante da Rede Interação, deu início à apresentação da entidade. Agradeceu a oportunidade de participar do processo de

escolha. Informou que o grupo está com projetos em 22 estados brasileiros e que a apresentação terá, primeiro, um vídeo, depois uma série de slides.

Com 10 minutos de duração, o vídeo mostra a realidade de moradores de uma favela em Osasco (SP) que se beneficiaram de um sistema de poupança coletiva. Terminado, Altemir informou que o vídeo mostra a forma de trabalho da Rede Interação e que aquele foi o primeiro trabalho da organização. Disse que a Rede trabalha com o desenvolvimento das pessoas de forma coletiva.

A Rede é um grupo multidisciplinar criado em 2004 e faz parte de uma rede internacional. Tem maior atuação nos estados de São Paulo e Pernambuco e trabalha baseado em organização, mobilização e fortalecimento comunitário. Contrata profissionais caso não os tenha em seus quadros para realização de projetos diversos. Afirma já ter beneficiado cerca de 300 mil pessoas em 84 conjuntos habitacionais de 22 estados brasileiros e recebeu reconhecimento do programa Nova Agenda Urbana, ligado à ONU.



*Figura 8: Apresentação da Rede Interação. 8 nov 2018.
Foto: Sérgio Machado/Fundo Brasil*

A apresentação seguiu com as informações sobre as diretrizes do trabalho que a Rede Interação propõe para o Território de Povoação, na fala de André Franco. Ele começou informando que não conhece as pessoas presentes e conhece pouco o problema da comunidade local. Que o problema é conhecido por meio do noticiário, mas que os profissionais não sabem qual o prazo que têm, os recursos, mas que têm uma

forma de trabalhar baseada em três pilares: mobilização, organização e fortalecimento comunitário.

Citou a própria reunião de escolha da Assessoria Técnica como exemplo de mobilização e disse que parte do trabalho da Rede é convidar a comunidade para que faça parte do processo. Falou do vídeo, disse que a realidade apresentada nele não se assemelha à dos atingidos de Povoação, mas que seria possível estabelecer paralelos.

O representante da Rede afirmou que a comunidade precisa de autoconhecimento, saber quem são seus integrantes e suas necessidades. “O que é uma comunidade forte? É uma comunidade que dialoga com o poder público, dialoga com os outros atores. Ela sabe quem ela é, sabe o que ela quer. A base do nosso processo é isso. É vocês se conhecerem, vocês se organizarem, vocês terem uma voz forte. A partir daí vocês vão conquistar o que vocês quiserem. A gente não está aqui pra dar nada pra vocês, nem resolver nada pra vocês. A gente vai ajudar vocês a priorizarem o que é mais importante”. Falou da dificuldade de compreensão mútua entre o poder público e os atingidos, um problema cuja origem localizou na diferença de qualidade da informação a que cada ator do processo acessa – o poder público teria acesso a informações mais qualificadas. Para André Franco, é preciso criar uma voz única para que mais atingidos lutem por objetivos comuns.

Disse que não entende nada de qualidade de água, mas “a gente acha que tem condições de apoiar vocês nisso. Esse é o nosso trabalho. A gente tem trabalho no Brasil inteiro. A gente mobiliza, organiza e fortalece comunidades. Podemos ajudar vocês a serem fortes”. Para encerrar, deu exemplo de mediação entre comunidade e poder público feita pela Rede em uma localidade na cidade de Mauá (SP), construída sobre uma área de solo contaminado. “A Rede tem uma série de ferramentas, mas o conhecimento mútuo é necessário para que o processo adiante e tenha sucesso.”

6.2.2.1. Perguntas à Interação

Aberta a rodada de perguntas, a primeira manifestação foi sobre a proposta de voz única.

“O que me deixou mais preocupado foi a assessoria de vocês falar sobre só uma voz, uma pessoa só nos representar. Nós não queremos isso, nós queremos que o povo participe. Igual o Dr. (Malê) disse que se outra voz trazer uma proposta, vai ser válida também”
(Atingido de Povoação)

Outro atingido perguntou. “Rapaz, você falou que não entende de água. O nosso problema é que estamos há três anos com problema no Rio Doce, uma contaminação que foi criada pela Samarco, pela Vale do Rio Doce e pela BHP. Você também falou que estamos nos conhecendo. Praticamente, já estamos com o casamento pra se desfazer. Porque ninguém aguenta mais conversa. Eu vou fazer a pergunta que fiz pra primeira assessoria. Nós temos demandas sobre indenizações, pessoas que estão com problemas na justiça. Pessoas que cansaram de tratar com a Renova, entraram na justiça, mas agora a empresa diz que não paga porque o processo está na justiça. Queremos indenização urgente, já tem três anos. E depois prosseguir, porque a lama não caiu no Rio Doce e no mar. Ela caiu dentro das casas das pessoas, virando umas contra as outras. A justiça não tem caneta para dar o veredito pra uma pessoa e nem caneta pra colocar eles na cadeia. Eles mataram um rio e contaminaram um mar. Não sou eu que estou dizendo. Foram as universidades. Então eu quero entender como você que não entende de água contaminada, como vai entender a nossa situação?”

Integrante da Rede respondeu que ao falar de uma voz única, estava se referindo a clareza sobre o que a comunidade quer. “Se cada um quiser uma coisa e forem 150 objetivos diferentes vai ser difícil.” Disse ainda que resolver a questão das indenizações seria uma prioridade.

Outro atingido informa que há pessoas na comunidade que não receberam nem auxílio financeiro. “Vocês têm que ter clareza da diversidade para apoiar a comunidade.” Na resposta, a Rede detalhou o que quis dizer com voz única: não é a voz de uma pessoa,

mas a voz da comunidade. O processo de discussão e estabelecimento de prioridades da comunidade. Um consenso que represente as prioridades de todos.

Na pergunta seguinte, a Rede Interação foi questionada sobre sua experiência com impactados por barragens, já que a experiência da entidade é em habitação, e como pretendiam trabalhar as áreas de saúde, educação, lazer, impacto social, impacto ambiental.

A resposta dos integrantes da Rede Interação abordou a falta de experiência prévia com atingidos e atingidas por barragens. “Qual é a experiência com barragem? Zero. A gente nunca trabalhou com isso, mas você falou de saúde, educação, lazer. Bom, é exatamente isso que a gente faz há 14 anos. A gente só trabalha com comunidades que precisam disso. E o que a gente faz com essas comunidades? A gente ajuda elas a se organizarem. A questão não é essa. A questão é como vocês vão se transformar. Como alguém falou aqui ‘vocês não têm um especialista em água’. A gente contrata. Isso não vai ser problema. A questão é vocês estarem fortes para conquistar suas coisas. Se você acha que para trabalhar com vocês tem que ter experiência com atingido por barragem, ok. Vai ter muito pouca gente. Se você acha que o problema de vocês é saúde, educação, receber a indenização, ter emprego, é dialogar com o MPF, o poder público, dialogar com a prefeitura, se você acha que o problema de vocês é esse, então a gente pode ajudar.”

O mesmo atingido fez a fala seguinte em defesa da comunidade, da organização que existente no território e das prioridades dos moradores.

“Não precisamos de uma nova comunidade. Precisamos ser reparados pelos danos e impactos diretos e indiretos causados por uma barragem de minério que nem conhecíamos. É totalmente diferente. Aqui cada um tem o seu valor. Um é pescador, um é comerciante. O que você fala da questão de organização, essa comunidade está há três anos organizada. É uma das comunidades mais preparadas, por isso estamos de pé até hoje. Eles não conseguiram nos engolir. Por isso perguntei de barragem. Nós estamos aqui porque fomos atingidos por barragem. Se não tivesse acontecido isso, cada um estaria tocando sua vida nativa, vivendo do seu sustento. Não estamos aqui querendo uma entidade para arrancar dinheiro da empresa, estamos aqui chamando a entidade pra vir trazer técnicos, aquilo que a empresa que nos acidentou nos nega. Hoje nós temos invasões, hoje temos criança desmaiando na escola, hoje temos o posto de saúde que não sabe tratar doenças de pele. Quando falo de saúde, não falo de uma favela que

nasceu aqui, estamos falando de uma comunidade ribeirinha que foi impactada direta e indiretamente e quer ser reconhecida por isso. Por isso nós nos reunimos em comissões abertas, chamamos aqui o Fundo Brasil, o Ministério Público, para que venham fazer o reconhecimento da humanidade. A questão aqui é humanidade. Se você escutar a comunidade, você vai ver que a comunidade está muito preparada, e ela tem uma voz só. Queremos ser reconhecidos como impactados, e precisamos de respeito, de respeito.”

Foi aplaudido.

Na resposta, Altemir Almeida deu razão ao atingido e explicou que a Rede tem um trabalho semelhante que envolve o poder público. Reiterou que o edital do Fundo Brasil contemplava entidades experientes no trabalho de organização de comunidades e que não exigia especialistas técnicos e que profissionais de confiança da comunidade poderiam ser convidados a integrar a equipe. Afirmou que, se a Rede for escolhida, trabalhará em conjunto com a população do território da melhor forma possível.

A fala seguinte dos atingidos questionou a Rede quais garantias davam de que poderiam fazer um bom trabalho em Povoação. Altemir explicou que a Rede é uma organização sem fins lucrativos e que não tem recursos, nem a solução pronta para os problemas, mas experiência na mobilização comunitária e na busca coletiva pelas soluções.

Atingido perguntou se a Rede fez alguma visita às comunidades afetadas pelo rompimento da Barragem de Fundão para ver o que está acontecendo. Representantes da Rede disse que não, que o edital tinha etapas e que a entidade tinha um planejamento de agenda para conversar com as comunidades. “Então antes vocês não vieram para o Rio Doce?” “Não.” Altemir disse que não estaria na comunidade se não houvesse o edital.

Atingido afirmou que, por serem apenas duas entidades na apresentação, era natural que a comunidade cobrasse. Disse ainda que a entidade escolhida como Assessoria Técnica será cobrada. Lembrou os três anos de luta e que a escolha seria feita de acordo com a vontade da maioria, o que não desabonaria a entidade que não fosse escolhida.

O procurador Malê Frazão lembrou que o edital exigia experiência mínima de dois anos das entidades credenciadas para apresentar suas propostas aos territórios do Rio Doce e pediu que os atingidos se tranquilizassem. Um atingido disse que a Rede precisava escutar e compreender a luta, e que não cabia descontrolar diante da situação.

Altemir, da Rede, disse que não havia descontrolado e elogiou a qualidade do debate. Também parabenizou o processo.

“Eu queria parabenizar o processo. Esse formato em que a comunidade é quem decide a assessoria é muito inovador. Embora haja dificuldade com o processo, é uma forma democrática de escolha”
(Altemir Almeida, da Rede Interação)

Encerrou falando da boa impressão da comunidade de Povoação e foi aplaudido. André disse que se pareceu exaltado, foi porque falou com o coração e acredita no que faz. E desejou boa sorte à comunidade.

Um dos atingidos relevou os ânimos exaltados, agradeceu a presença da Rede, disse que nada tinha sido ainda decidido e reiterou que o vencedor será cobrado.

6.3. Debate

O representante do Fundo Brasil reafirmou aos presentes que era chegado o momento da deliberação, e que o esperado era que fosse possível a plenária chegar a um consenso. Se não fosse possível, seria feita a votação. Também lembrou aos atingidos e atingidas que aquele era o momento para manifestações dos posicionamentos da comunidade a respeito do processo de escolha da Assessoria Técnica.

Cinco atingidos e atingidas se inscreveram para falar nesta fase. Nenhuma das falas indicou nominalmente a preferência por uma das Assessorias. Mas dois dos presentes que comentaram as apresentações das entidades candidatas a Assessoria Técnica fizeram considerações sobre a experiência prévia da primeira entidade a se apresentar (A dai) com problemas causados por barragens *versus* a inexperiência da segunda entidade (Rede Interação) com o tema. “Não vou ficar fazendo experiência com entidades. Eu não vou falar nome, mas vou ficar com a entidade que tem mais experiência no nosso caso”, afirmou um dos atingidos.

Outro atingido a pedir a palavra voltou ao tema da voz única, criticando-a. “Estamos enjoados disso”, disse.

Falou-se sobre a luta das comunidades. “Quem vem lutar com a gente não venha com brincadeira. Quem vier trabalhar conosco pode saber que vai enfrentar muita dificuldade. O nosso país é um país que trabalha contra os pobres, contra a classe trabalhadora. Quem vem conosco, saiba que estamos de luta.”

Atingido pediu o microfone para agradecer às entidades que foram ao território apresentar suas propostas de trabalho. “Vieram de longe.” Duas falas destacaram a importância da escolha. Na última fala da noite, um atingido disse que “se vocês saírem sem votar, depois não adianta chorar. Então nessa noite faça o seu processo de votação.”

6.4. Decisão

Uma vez que não havia mais inscritos para as deliberações, foi encerrada a etapa do debate. O procurador da República Malê Frazão explicou que pediria aos atingidos e atingidas ali reunidos que, após contagem até três, dissessem o nome da entidade escolhida. Caso não houvesse nítido contraste que indicasse uma preferência, os atingidos e atingidas presentes poderiam escolher a entidade por meio de voto. Não houve dúvidas sobre o método de decisão.

Assim, o Procurador da República pediu aos presentes que contassem até três e dissessem o nome da Assessoria Técnica escolhida. A plenária em uníssono indicou “Adai”. Não houve divergência sobre o resultado. A Adai foi escolhida por aclamação como Assessoria Técnica para o Território 14 - Povoação.



*Figura 9: Atingidos de Povoação escolhem Assessoria Técnica.
8 nov 2018. Foto: Sergio Machado/Fundo Brasil*

6.5. Considerações finais do evento de escolha da Assessoria Técnica

Malê Frazão pediu uma salva de palmas aos atingidos e ao processo de luta pela garantia de um direito que cujo ciclo terminava ali para começar outro. Um dos atingidos exigiu que assessoria saísse com a data marcada para o início dos trabalhos em Povoação, ao que o procurador informou que a Adai tem um prazo para apresentar um plano prévio de trabalho, que depois será levada aos atingidos e atingidas para a construção conjunta e democrática. A reunião foi encerrada às 21h02.

I-Fundo Brasil de Direitos Humanos

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO

DATA: 08/11/2018

LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

ASSINATURA


NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
Alexandre Cruzzeiro de Deus	(27) 99590-7155	1.601.383-ES	—
Rosene Monteiro	(27) 99752-0116	478.774-ES	Povoação Monteiro
Wilson Bispo dos Santos	(27) 3274-2104	486.983-ES	União São João Povoação
Rodrigues Pereira da Silva	(27) 99818-4730	364.986-ES	União São João Povoação
João Benedito Pereira de Sousa	(27) 98122-7265	713-824-ES	João Pereira
Josénilson Cavalo Mendonça	(27) 99981-4075	019.995.667-77	União São João Povoação
Joséilson do Carmo Leão	(27) 99696-5568	059.435.48-89	União São João Povoação
Orlando Leão Carvalho de Almeida	(27) 98116-7888	226.480.938-85	União São João Povoação
Isamara Carvalho de Almeida	(27) 98100-3584	125.951.56-64	União São João Povoação
Maria da Rocha Leite de Oliveira	(27) 98121-1160	577.665-ES	União São João Povoação
Mercedes Martins de Oliveira	(27) 99999-8004	360.499-ES	União São João Povoação
Silvane Moreira Alves	(27) 99983-2724	363.293-ES	União São João Povoação
Dulcineia Pinto e Barcelo	(27) 99777-3862	—	—
Adelino Barcelos Família	(27) 99777-3862	1.056.240-ES	LAPÉLINO BARCELOS
Maria Jones Boitinho dos Santos	(27) 998640369	32.841.690-4	União São João Povoação
Maria Salety Bioma Mineiro	(27) 98111-9819	363.581-ES	União São João Povoação

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO

DATA: 08/11/2018

LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

ASSINATURA

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
Walmir de Sousa Rodrigues	(27) 99893 3090	110. 279. 997-19	
Vanilda Ribeiro	(27) 99893 3090	2. 227. 196-ES	—
Duizendos Bispo Rodrigues	(27) 99893 3090	991639	—
Benedito Mendonça Costa	(27) 996120338	604. 537	—
Suanete Delfino S. Silva	(27) 98082080	1.002.794-ES	Ivanete Defino das S
Vandique Pinda Pinha	(27)	507. 107-ES	Vandique P Pinha
José Régis e Silva		11380116 57	José Régis e Silva
Mara José Muniz		2. 116. 604-ES	—
Abila do Nascimento Silva	(27) 99717-6846	1. 784. 150-ES	Abília
Santana Anchieta Soares		3. 348. 444-ES	Santana Soares
Gualdo Vieira Coutinho	(27) 9813 41347	672 488 ES	Gualdo Vieira Coutinho
Andrua Aparecida F. Archite	(27) 9812 0480	3. 127. 416-ES	Andrua Aparecida F. Archite
Geuomar Leão dos Santos	(27) 99946 3635	1327 982129	Geuomar Leão dos Santos
Dusiana de Sousa Moura	(27) 998304183	1. 087. 972-ES	Dusiana de Sousa Moura
Vanuzza Soares Wrucek	(27) 98115 2755	1. 370. 283-ES	Vanuzza Soares Wrucek
Girley Muniz dos Santos	(27) 99693-7726	2. 141. 669-ES	Girley Muniz dos Santos

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO
 DATA: 08/11/2018 LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

ASSINATURA

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
Willas Ferreira Novaes	(27) 997-256640	RG 3326649-ES	Willas Ferreira Novaes
Mario José Vieira	(27) 3234-2156	RG 362288	Stacio Jaze Vieira
Carlos Alberto Rodrigues de Souza	(27) 99757-9115	1.115.447-ES	Carlos A. R. de S.
Jucineia Bivilo Chendoneg	(27) 98153-9561	008.138.287-16 CPF	Jucineia Bivilo Chendoneg
Zenildo Pereira da Silva	(27)	751186 ES	Zenildo P. Silva
Renata Nunes Guilherme	(27) 981088904	12607310-5	x Renata Nunes G.
Rinaldo Jesus	(27) 99614-6733	2.122.616-ES	x Rinaldo Rodrigues
Apolinario Montano Maral	(27) 996996441	851.437-ES	x Apolinario Montano Maral
Sonia Regina Pereira Oliveira	(27) 995761861	818 474 757-87	Sonia Regina P. Oliveira
Alciana Silva Gomes	(27) 997173283	007.904.027-69	x Alciana Silva Gomes
Raimo Barbosa	(27) 3274-2105	967.519-ES	Raimo S Barbosa
Angelina Silva dos Santos	(27) 99931-9745	3.629.874-ES	Angelina S. Santos
Suzianeirinha de Conceição	(27) 99895-1547	123.605.577-26	Suzianeirinha de Conceição
Rleber Carlos Guilherme	(27) 998763040	2.115.511	Rleber Carlos Guilherme
Marlen Antonio Mascena	(27) 981477717	132.702.887-51	Marlen Antonio Mascena
Edelei Pereira de Silva	(27) 995774894	3.405.404-ES	Edelei P. da Silva

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO

DATA: 08/11/2018

LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
RICARDO ALEXANDRE MAGIEL DOS SANTOS	—	1.285.612-ES	x R. A. Medeiros
Roseli de Oliveira Pereira	(27) 99867-1761	960.184-ES	x Rosamir de O. Pereira
Svairildo de Jesus e Silva	(27) 98836-9030	988.181.715-34	x Eduarda Antônia
Aldemir Pereira dos Santos	(27) 98880-6090	910.256.217-00 CPF	x Aldemir Pereira dos Santos
Jair Rodrigues da Vitória	—	360.390-ES	x Jair Rodrigues da Vitória
Sandra Guedes	(27) 998981897	834.740-ES	x Sandra Guedes
Hans Mueller Ferreira Ramos	(27) 981468537	3.075.139-ES	x Hans Mueller Ferreira Ramos
Edna Silva de Jesus	(27) 99784-7949	2.116.501-ES	x Edna Silva de Jesus
Rayane Rosa Marinho	(27) 99895-1547	363.16.43-ES	x Rayane Rosa Marinho
Felicitá da Bomerciação Araújo	(27) 99916-6028	3.845.052-ES	x Felicitá C. Araújo
Geisa Santos do Nascimento	(27) 99852-8991	21.251.182-38	x Geisa Santos do N.
Renato Pereira Lima	(27) 3274-2073	097.591.617.37	x Renato Pereira Lima
Sarah de Jesus	(27) 99688-5780	3.039.620-ES	x Sarah de Jesus.
Edmison Pereira da Silva	(27) 9997148921	09.68444857	x Edmison Pereira da Silva.

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ASSESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO

DATA: 08/11/2018

LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

ASSINATURA

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
Katiane Rangel Rodrigues		3304051 SPTC/ES	Povoação
Ronaldo Silva Guilherme	(27) 98108 4413	3.058.286-ES	Ronaldo Silva Guilherme
Amazildo Anchieta	(27) 998063296	887.526-ES	Amazildo Anchieta
Aguirino Peoba	(27) 99844.8912	1.460.611-ES	Aguirino Peoba
Lucas Guilherme Coutinho	(27) 9816 17115	3.751.925-ES	Lucas G. Coutinho
Pedro Frans	(27) 9958 35835	724.869	Pedro Frans
José Leão dos Santos	(27) 981696652	15.165124-80	José Leão dos Santos
Joaquim Pereira de Oliveira	(27) 999166028	610.913	Joaquim Pereira de Oliveira
Mona Rita Oliveira Pinho	(27) 997 57 9120	3.477.722-ES	Mona Rita de O. P.
Marcos Batista Felipe			Marcos Batista
Felipe Inácio Sabunho			Felipe Inácio S.
Lizete Marques de Oliveira	(27) 99697 9763	524.701ES	Lizete Marques Oliveira
Felipe Reis de Oliveira Pereira	(27) 99767-5107	1.341.912-ES	-
Renata Borges Guilherme	27 999758322	3.123.420-ES	Renata Borges Guilherme
Elena Santos	27 98150 0784	13.970.612-78	Elena
Reyson da Silva Pontes	27 999545405	20.45833-ES	Reyson da Silva Pontes

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO
 DATA: 08/11/2018 LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
RAYANA PEREIRA BARBOSA GUILHERME	(27) 997336546	134064667-61	x Povoação Pequena Bomberg Guilherme
FRANCISCO BENIGIO LOURENÇO LORO TUNOK	(27) 981122000	11437285SP ES	x <i>[Signature]</i>
HILDEMBERG MAGIEL DOS SANTOS	(27) 996003502	1593888 SPTC ES	x <i>[Signature]</i>
ROSA JESUS DA SILVA ALVES	(27) 996285958	086762007-26	x <i>[Signature]</i>
ADIVALDO DANIEL ALVES	(27) 996285958	1.166.814 - ES	x <i>[Signature]</i>
Sivaldo Pereira do Siqueira	(27) 996400607	06.475.659 94	x <i>[Signature]</i>
Vinícios dos Santos Batista	(27) 981089932	148.688.637-03	Sinaldo Pereira
marie da Penha Ambríz	(27) 32742105	2.001.668 - ES	Linhares
maria da Penha Ambríz			maria da Penha Ambríz
fose dos Santos Geraldino			
maria do Carmo S. Carvalho	(27) 981076719	1.107.706 - ES	x <i>[Signature]</i>
Cruz Américo Barreira	(27) 99313980	096.110.9667-08	maria do Carmo
CARLOS MAGNO TOFFOLI	(27) 999578261	1.081.590 ES	Cruz Américo Barreira
BIANCA CONCEIÇÃO	(27) 99062835	1.911.352 - ES	x <i>[Signature]</i>
			x <i>[Signature]</i>

REUNIÃO DE ESCOLHA DA ENTIDADE DE ACESSORIA TÉCNICA DO TERRITÓRIO DE POVOAÇÃO

DATA: 08/11/2018

LOCAL: Rua Histórica, em frente ao Clube do Golfinho, Povoação, Linhares/ES.

NOME	TELEFONE	DOCUMENTO	LOCALIDADE
JOSÉ ANTONIO DOS SANTOS	(27) 3928 2149	04273395 23	
ANA PAULA DE OLIVEIRA RAMALHO TITO	(27) 997664124	1.064.042-ES	Ana Paula B.P. Tito
ARTUR OLIVEIRA CONCEIÇÃO	(27) 996216661	3.576.650-ES	Artur O. Conceição
COSME CABRAL COSTA	(27) 8131-5395	01812085-71	Costa
ROGÉRIO PENHA DA SILVA	(27) 998184730	896259	Rogério Penha da Silva
LEUDIMAR COITINHO SOARES	(27) 981071762	3.575.733-ES	* Leudimar C. Soares
SALVELINO JANUÁRIO	(27)	1.814.652-ES	* Salvelino Januário
TANIA DAS GRAÇAS SILVA DE LEMOS	(27) 981258043	507.626	* Tania Lemos
FRANCISCO LIMA MINEIRO	(27) 997425419	260-185-ES	* Francisco Lima Mineiro
SILVESTRE BARBIERI	(27) 999074472	1.090.285-ES	* Silvestre Barbieri
ELIANA PEREIRA DE SOUSA	(27) 998876977	466.754-ES	* Eliana Pereira de Sousa
CARLOS AFONSO FRAGA DA SILVA	(27) 981179736		Carlos
MARCIA ARAÚJO VIEIRA	(27) 981321357	110.509.877-05	* Marcia Araújo Vieira
WALLACE RODRIGUES DA VITÓRIA	(27) 999118480	115.478.507-60	* Wallace R. Vitória

